



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2019 PAGINA 1

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>124.319,52</b>	<b>107.662,28</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>113.292,38</b>	<b>97.348,84</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>11.027,14</b>	<b>10.313,44</b>
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	8.912,95
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Previdência Social (RPPS)	9.359,14	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos de Receitas Financeiras	-	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.668,00	1.400,50
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>123.794,72</b>	<b>107.612,68</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>1.209,45</b>	<b>1.991,14</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	123.156,16	106.875,41	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	123.156,16	106.875,41	Independentes da Execução Orçamentária	1.209,45	1.991,14
Independentes da Execução Orçamentária	638,56	737,27	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.209,45	1.991,14
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	630,38	729,54	Aporte ao RPPS	-	-
Demais Transferências Recebidas	0,02	-	Aporte ao RGPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	8,16	7,74			
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>4.180,71</b>	<b>3.515,20</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>1.355,84</b>	<b>1.351,09</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	190,60	261,62	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	294,19	235,58
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.687,24	1.247,86	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.015,52	1.093,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	101,60	21,57	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31,83	21,57
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.201,27	1.984,16	Outros Pagamentos Extraorçamentários	14,30	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.201,27	1.983,40	Demais Pagamentos	14,30	-
Valores para Compensação	-	0,75			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>419,86</b>	<b>296,49</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>1.510,48</b>	<b>419,86</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	419,86	296,49	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.510,48	419,86
<b>TOTAL</b>	<b>128.395,28</b>	<b>111.424,37</b>	<b>TOTAL</b>	<b>128.395,28</b>	<b>111.424,37</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2019 PAGINA 1

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2019 PAGINA 2

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DEFICIT</b>	-	-	124.319,52	124.319,52
<b>TOTAL</b>	-	-	124.319,52	124.319,52
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	107.555,45	112.353,56	122.293,45	120.161,96	120.008,97	-9.939,89
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	87.840,13	93.179,67	96.373,67	96.128,15	96.128,15	-3.194,00
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	19.715,32	19.173,89	25.919,78	24.033,82	23.880,82	-6.745,89
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	2.287,03	2.255,84	2.026,07	1.470,31	1.432,71	229,77
<b>Investimentos</b>	2.287,03	2.255,84	2.026,07	1.470,31	1.432,71	229,77
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	109.842,47	114.609,40	124.319,52	121.632,28	121.441,67	-9.710,12
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2019 PAGINA 3

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>109.842,47</b>	<b>114.609,40</b>	<b>124.319,52</b>	<b>121.632,28</b>	<b>121.441,67</b>	<b>-9.710,12</b>
<b>TOTAL</b>	<b>109.842,47</b>	<b>114.609,40</b>	<b>124.319,52</b>	<b>121.632,28</b>	<b>121.441,67</b>	<b>-9.710,12</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>45,14</b>	<b>953,74</b>	<b>612,30</b>	<b>612,30</b>	<b>39,68</b>	<b>346,90</b>
Pessoal e Encargos Sociais	10,60	-	9,00	9,00	1,60	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	34,55	953,74	603,30	603,30	38,08	346,90
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>145,95</b>	<b>294,12</b>	<b>403,22</b>	<b>403,22</b>	<b>0,14</b>	<b>36,72</b>
Investimentos	145,95	294,12	403,22	403,22	0,14	36,72
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>191,10</b>	<b>1.247,86</b>	<b>1.015,52</b>	<b>1.015,52</b>	<b>39,82</b>	<b>383,62</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>31,38</b>	<b>176,23</b>	<b>197,56</b>	-	<b>10,06</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	31,38	176,23	197,56	-	10,06
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>11,61</b>	<b>96,18</b>	<b>96,63</b>	-	<b>11,16</b>
Investimentos	11,61	96,18	96,63	-	11,16
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>43,00</b>	<b>272,42</b>	<b>294,19</b>	-	<b>21,22</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2019 PAGINA 1

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.132,51</b>	<b>2.147,36</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.721,49</b>	<b>353,37</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.510,48	419,86	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2.401,94	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.005,44	879,67	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	129,36	232,58
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	458,95	429,11	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	157,64	418,72	Demais Obrigações a Curto Prazo	190,19	120,79
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>37.806,88</b>	<b>38.364,97</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>2.721,49</b>	<b>353,37</b>
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2018	2017
Demais Investimentos Permanentes	-	-	<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>36.596,61</b>	<b>37.154,71</b>	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	14.820,46	15.493,93	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	29.115,95	27.779,29	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-14.295,48	-12.285,36	<b>Resultados Acumulados</b>	<b>38.217,90</b>	<b>40.158,97</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-1.941,35	-1.479,71
Bens Imóveis	21.776,15	21.660,77	Resultados de Exercícios Anteriores	40.158,97	41.638,67
Bens Imóveis	22.009,78	21.768,99	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,28	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-233,64	-108,22	<b>(-) Ações / Cotas em Tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>38.217,90</b>	<b>40.158,97</b>
<b>Intangível</b>	<b>1.210,27</b>	<b>1.210,27</b>			
Softwares	1.210,27	1.210,27			
Softwares	1.210,27	1.210,27			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2019 PAGINA 2

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>40.939,39</b>	<b>40.512,34</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>40.939,39</b>	<b>40.512,34</b>

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>1.510,48</b>	<b>419,86</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>3.390,41</b>	<b>1.792,32</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>39.428,92</b>	<b>40.092,48</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>2.401,94</b>	<b>-</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>35.147,04</b>	<b>38.720,01</b>

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>1.826,41</b>	<b>1.747,49</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>9.350,05</b>	<b>11.242,81</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.826,41	1.747,49	Execução dos Atos Potenciais Passivos	9.350,05	11.242,81
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.826,41	1.747,49	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	9.350,05	11.242,81
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.826,41</b>	<b>1.747,49</b>	<b>TOTAL</b>	<b>9.350,05</b>	<b>11.242,81</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-1.879,93</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-</b>
Previdência Social (RPPS)	-
<b>TOTAL</b>	<b>-1.879,93</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2019 PAGINA 1

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

	2018	2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>3.023,18</b>	<b>1.510,45</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>125.097,58</b>	<b>109.618,41</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>125.097,58</b>	<b>109.618,41</b>
Ingressos Extraorçamentários	101,60	21,57
Transferências Financeiras Recebidas	123.794,72	107.612,68
Arrecadação de Outra Unidade	1.201,27	1.983,40
Valores para Compensação	-	0,75
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-122.074,40</b>	<b>-108.107,96</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-108.990,75</b>	<b>-94.898,27</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-99.083,79	-85.594,28
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-9.906,96	-9.304,00
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2019 PAGINA 2

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

	2018	2017
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-11.828,08</b>	<b>-11.196,98</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-11.828,08	-11.196,98
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-1.255,58</b>	<b>-2.012,71</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-31,83	-21,57
Transferências Financeiras Concedidas	-1.209,45	-1.991,14
Demais Pagamentos	-14,30	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-1.932,56</b>	<b>-1.387,08</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.932,56</b>	<b>-1.387,08</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.932,56	-1.253,88
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-133,20
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2019 PAGINA 3

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

	2018	2017
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1.090,62</b>	<b>123,37</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>419,86</b>	<b>296,49</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>1.510,48</b>	<b>419,86</b>



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM MILHARES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>129.997,73</b>	<b>110.234,52</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>20,40</b>	<b>20,52</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	20,40	20,52
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>0,16</b>	<b>2,03</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,06	2,03
Variações Monetárias e Cambiais	0,09	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>124.022,83</b>	<b>107.697,24</b>
Transferências Intragovernamentais	123.794,72	107.612,68
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	228,11	84,56
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>4.722,22</b>	<b>546,45</b>
Reavaliação de Ativos	4.571,35	485,33
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	150,87	25,45
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	35,66
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>1.232,13</b>	<b>1.968,28</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM MILHARES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.232,13	1.968,28
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>131.939,08</b>	<b>111.714,23</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>94.769,56</b>	<b>85.690,43</b>
Remuneração a Pessoal	76.562,44	68.147,52
Encargos Patronais	11.826,66	11.195,21
Benefícios a Pessoal	6.380,45	6.347,69
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>9.852,95</b>	<b>9.005,58</b>
Aposentadorias e Reformas	7.648,38	6.912,02
Pensões	2.169,92	2.044,42
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	34,65	49,14
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>20.982,23</b>	<b>13.703,62</b>
Uso de Material de Consumo	1.053,19	678,71
Serviços	17.577,77	10.613,28
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.351,27	2.411,62
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>0,59</b>	<b>11,36</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,59	3,93
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	7,42
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>1.283,63</b>	<b>2.438,66</b>
Transferências Intragovernamentais	1.223,75	1.991,14
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	59,88	447,52
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>4.925,40</b>	<b>724,84</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	87,01	61,32
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	4.838,38	663,52



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM MILHARES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
<b>Tributárias</b>	<b>45,45</b>	<b>35,25</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14,10	13,09
Contribuições	31,35	22,16
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>79,27</b>	<b>104,50</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	17,78	17,40
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	61,50	87,10
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-1.941,35</b>	<b>-1.479,71</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017

## NOTAS EXPLICATIVAS

### **1. Informações gerais:**

#### **1.1. Natureza jurídica da entidade**

Órgão Público do Poder Judiciário Federal

#### **1.2. Domicílio da entidade**

Avenida Aristeu de Andrade nº 377, Farol. Maceió-AL. CEP 57.051-090.

#### **1.3. Natureza das operações e principais atividades da entidade**

Aos Tribunais Regionais Eleitorais compete: (i) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual; (ii) julgar recursos interpostos contra atos e decisões proferidas pelos juízes e juntas eleitorais; (iii) constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição; e (iv) requisitar a força necessária ao cumprimento de suas decisões e solicitar ao Tribunal Superior a requisição de força federal.

Aos Cartórios Eleitorais compete: (i) processar e julgar originariamente o registro de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador; (ii) processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns de sua competência; (iii) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor; (iv) organizar e promover atos para realização das eleições dentro de sua circunscrição; e (v) tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos ilícitos das eleições.

#### **1.4. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis**

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela SCON/COFIN, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

## **2. Resumo das políticas contábeis significativas:**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Ministério da Fazenda, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

### **Moeda funcional**

A moeda funcional é o Real. Não há operações em moeda estrangeira.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### **Demais Créditos e valores a curto prazo**

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos; (ii) estoques; (iii) depósitos efetuados; (iv) impostos a compensar e (v) créditos a receber por infrações. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando pertinente.

### **Estoques**

São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

### **VPD's Pagas Antecipadamente**

Trata-se de valores pagos com antecedência, como prêmios de seguros e assinaturas/anuidades de revistas, periódicos e similares, e que se referem a períodos de competência subseqüentes, assim, se constituindo inicialmente como direito e sendo baixado à medida que se avança no prazo da contratação.

### **Ativo realizável a longo prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, sendo estes os que superam o exercício subseqüente. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias.

### **Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

### **Intangível**

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

### **Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

### **Depreciação de bens imóveis**

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUNet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, sendo a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

## **Passivo**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

### **Apuração do resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

- **Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas de modo confiável, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o Tribunal, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra-orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades.



No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### **3. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:**

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP vigente para o referido exercício e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis do TRE-AL são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do Tribunal.
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do Tribunal no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Destacam-se as seguintes variações apresentadas entre as demonstrações contábeis 2017/2018, **em milhares de reais**:

- **BALANÇO PATRIMONIAL**

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Verificou-se que houve um significativo aumento do volume de recursos financeiros existentes no órgão no final do exercício de 2018, representando cerca de 260% de acréscimo em relação ao ano de 2017, ressaltando-se, entretanto, que os valores são escriturais, posto que representam, em sua grande maioria, o limite de saque para cobrir as necessidades de pagamentos por contratações efetivadas pelo órgão, representando tal conta o percentual de 92,92% do caixa e seus equivalentes.

- **Imobilizado**

Há que se destacar, na composição do Ativo Não Circulante, o volume de recursos alocados no Imobilizado deste Tribunal, que representa cerca de 89,94% do Ativo do órgão. Isso se justifica tendo em vista a estrutura de funcionamento do órgão, pois necessitou investir em imóveis próprios, para

garantir uma melhor estrutura para atendimento do seu público alvo.

Dos valores alocados no Imobilizado destacam-se os imóveis próprios e o maciço investimento em Tecnologia da Informação.

No que se refere aos bens imóveis, temos como mais relevante os que são afetados à atividade administrativa, conforme rol abaixo:

Espécie	Imóvel	Saldo	
EDIFÍCIOS	2829000125008	PASSO DE CAMARAGIBE	136,75
	2853000135006	RIO LARGO	518,27
	2705000415002	ARAPIRACA	1.160,00
	2723000115007	CACIMBINHAS	130,10
	2785000265009	MACEIÓ (PRAÇA SINIMBU)	5.189,52,
	2785003785003	FÓRUM CAPITAL	4.155,12
	2787000065006	MAJOR ISIDORO	589,51
	2793000145004	MARECHAL DEODORO	597,29
	2825000305003	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	1.237,40
	2833000475007	PENEDO	315,00
	2845000155006	PORTO CALVO	238,77
	<b>Total</b>	<b>14.267,75</b>	
TERRENOS	2785004595003	MACEIÓ (NOVA SEDE)	6.800,00
		<b>Total</b>	<b>6.800,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>21.067,75</b>	

Em relação dos investimentos em tecnologia da informação, destacam-se aqueles feitos na aquisição de urnas eletrônicas e equipamentos de informática, que dão ao órgão celeridade no atendimento de suas demandas internas e externas, garantindo que seja atingida sua missão institucional. Destaque-se, neste ponto, que do total do Imobilizado, R\$ 21.471,27 representam tais investimentos.

É importante destacar que esse volume de recursos apontados corresponde ao valor histórico de aquisição, que deve ser deduzido da depreciação acumulada correspondente.

o **Intangível**

Apesar da pequena relevância deste item considerado em relação ao total do ativo do órgão, merece alguns consideração. É que, devido à inexistência de solução em sistema de informação de uso interno (ASILink) para cálculo e controle de bens intangíveis de vida útil definida, deixaram de ser registradas despesas com amortização, constando, apenas o valor histórico das aquisições de tais itens.

- **Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**

Reconhecimento de valores a pagar decorrentes de férias dos funcionários do quadro permanente do Tribunal, no valor de R\$ 2.401,94, representando um significativo aumento em contraponto ao existente em 2017, cujo saldo foi zero, tendo em vista mudança de critérios de reconhecimento de tais obrigações nos termos da Orientação nº 10/2018 SOF/TSE.

- **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

Houve, por outro lado, uma significativa redução do nível de endividamento decorrentes de compromissos assumidos com credores nacionais, reduzindo o volume em 44%, pois passou em 2017 de R\$ 232,58 para R\$ 129,36 em 2018, representando um maior esforço da Administração em pagar aos fornecedores que atenderam aos requisitos para a devida quitação e evitar impactos negativos no orçamento do exercício de 2019, tendo em vista as limitações impostas pela Emenda Constitucional nº 95.

- **Resultado do Exercício**

O resultado apurado decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD), estas detalhadas na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

- **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

- **Receita**

Este Tribunal não evidencia as informações sobre as Receitas Orçamentárias (previsão inicial, previsão atualizada, receitas realizadas e o saldo), estas sendo evidenciadas no demonstrativo do Órgão consolidado desta Justiça Especializada (UG 14000).

- **Despesa**

As despesas orçamentárias foram registradas pelo regime de empenho, com base no Princípio da Anualidade Orçamentária. Desta forma, ao longo do exercício, foram reconhecidas e contabilizadas no momento da liquidação. Ao final do exercício por força do referido princípio, somaram-se àquelas os valores de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar não processados, o que aumentou os valores executados das despesas orçamentárias.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício foram inscritas em Restos a Pagar em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei 4.320/64, que as distingue em processadas e não processadas. A inscrição em Restos a Pagar não processados foi condicionada a indicação dos empenhos pelo Ordenador de Despesa, conforme artigo 68, §1º do Decreto 93.872/86.

A Dotação Atualizada foi calculada considerando-se o valor da dotação originária, acrescida dos créditos adicionais. Percebe-se, pois, que o saldo da dotação parece estar deficitário, quando na verdade não foram computados os créditos orçamentários descentralizados pela Setorial Orçamentária do Órgão Superior (TSE), no importe de R\$ 12.217,91.

Impende ressaltar, ainda, a aparente inconsistência nas Despesas Orçamentárias quando apresenta um Saldo da Dotação negativo, pois resultado de um maior valor na execução da despesa (Despesas Empenhadas) frente o autorizado (Dotação Atualizada). Isto ocorreu porque nas despesas autorizadas não foram considerados os valores das provisões recebidas do Tribunal Superior Eleitoral.

- **BALANÇO FINANCEIRO**

- **Transferências Financeiras Recebidas**

Trata-se dos recursos financeiros recebidos para fazer face as obrigações assumidas, compondo quase a totalidade dos ingressos financeiros.

- **Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados**

Houve um aumento de 115% no valor de inscrição em Restos a Pagar não Processados, considerando que em 2017 foi inscrito o valor de R\$ 1.247,86 e em 2018 de R\$ 2.687,24, sendo parte decorrente do aumento das despesas com o pleito eleitoral, merecendo, portanto, maior atenção

da gestão em relação ao planejamento das contratações, para possibilitar o empenho e a liquidação no próprio exercício, tendo em vistas as restrições impostas pela Emenda Constitucional nº 95.

- **Despesas Orçamentárias**

- **Ordinárias**

- Trata-se de aplicação de recursos não vinculados, tendo sua maior representatividade na despesa com pessoal, pois 77% do total, que apresentou variação da ordem de 10% em relação ao ano anterior, sendo esta decorrente da implantação de parcelas do plano de carreira aprovado pela Lei nº 13.317/2016, bem como da realização de horas-extraordinárias próprias do período eleitoral.

- **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

- **Ingressos**

- **Transferências Financeiras Recebidas**

- Trata-se dos recursos financeiros recebidos para fazer face as obrigações assumidas, compondo quase a totalidade dos ingressos financeiros.

- **Desembolsos**

- **Transferências Concedidas**

- Trata-se de pagamentos realizados decorrentes de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, sendo o mais relevante a contribuição patronal ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), pois aproximadamente 95% de tal valor.

- **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

- **Variações Patrimoniais Aumentativas**

- Nas variações patrimoniais aumentativas observa-se um relevante aumento nas transferências intragovernamentais, que são recursos financeiros recebidos pelo Órgão, tendo um acréscimo percentual de 15,04%. Tal acréscimo se deu em virtude de estarmos em ano eleitoral, havendo a

necessidade de um aporte maior de recursos para fazer frente às despesas contraídas.

○ **Variações Patrimoniais Diminutivas**

Nas variações patrimoniais diminutivas verifica-se um aumento na rubrica Pessoal e Encargos de 10,6%, atribuindo-se este ao reajuste salarial concedido aos servidores do Judiciário Federal em 2016, pago de forma escalonada até 2019, bem como por tratar-se também de ano eleitoral, havendo um dispêndio maior com pessoal, inclusive com serviço extraordinário.

Ainda no tocante às variações patrimoniais diminutivas, destaque-se um aumento nas despesas com material de consumo e contratação de serviços, haja vista tratar-se de ano eleitoral. Referido acréscimo deu-se em virtude das necessidades apresentadas para atender ao Pleito Eleitoral de 2018. Ressaltee-se que tal aumento foi da ordem de 53,14%, com relação ao exercício de 2017.